



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARNE GABRIELLE FERNANDES DANTAS RÊGO

**O PRECONCEITO SOFRIDO PELOS USUÁRIOS DA
ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ: UM RELATODE SUAS MÃES**

CAMPINA GRANDE - PB

2014

MARNE GABRIELLE FERNANDES DANTAS RÊGO

**O PRECONCEITO SOFRIDO PELOS USUÁRIOS DA ORGANIZAÇÃO
PAPEL MARCHÊ: UM RELATO DE SUAS MÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande – PB.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Noalda Ramalho

Campina Grande - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D192p Rêgo, Mame Gabrielle Fernandes Dantas
O preconceito sofrido pelos usuários da Organização Papel
Marchê [manuscrito] : um relato de suas mães / Mame Gabrielle
Fernandes Dantas Rêgo. - 2014.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho,
Departamento de Serviço Social".

1. Pessoa com deficiência. 2. Preconceito. 3. Família. I.
Título.

21. ed. CDD 362.4

MARNE GABRIELLE FERNANDES DANTAS RÉGO

**O PRECONCEITO SOFRIDO PELOS USUÁRIOS DA ORGANIZAÇÃO
PAPEL MARCHÊ: UM RELATO DE SUAS MÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, pelo
Curso de Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba -
UEPB - Campus I - Campina
Grande - PB.

Aprovado em 29 / 07 / 2014.

Nota 10,0 (DEZ)

Banca Examinadora:

Maria Noalda Ramalho

Prof.ª Dr.ª Maria Noalda Ramalho
Orientadora

Alcilene da Costa Andrade

Prof.ª Ms. Alcilene da Costa Andrade
Banca Examinadora

Susana Tavares de Oliveira

Assistente Social Susana Tavares de Oliveira

RESUMO

O preconceito é um fato recorrente na sociedade em que vivemos. A Organização Não Governamental Papel Marchê oferece um atendimento especializado a crianças e/ou adolescentes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Ao observar a realidade deste público, percebemos que havia ocorrências de preconceito em relação à sua condição; por isso analisamos este fato sofrido pelos usuários da referida Organização, tentando compreender como o preconceito se reflete no processo psicopedagógico destes indivíduos, traçando o perfil dos mesmos e identificando o papel da família no enfrentamento de tais dificuldades vivenciadas por eles(as) na escola. Para conhecer esta realidade, realizamos uma pesquisa exploratória, tendo a especificidade de estudo de caso. A mesma foi de cunho qualitativo, utilizando a observação participante, um roteiro de entrevista semi-estruturado e o questionário para traçar o perfil socioeconômico. Na análise dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, para, assim, ter acesso à produção do conhecimento sobre a temática. A partir dos resultados obtidos, dentre outros achados, notamos que há a fragilidade na qualificação dos profissionais da educação. Assim, para pensarmos numa condição melhor de atendimento no ambiente escolar às crianças e adolescentes com deficiência, se faz necessária a qualificação de profissionais que lidam com tais questões.

PALAVRAS CHAVES: Pessoa com Deficiência; Preconceito; Família.

ABSTRACT

Prejudice is a recurring event in the society in which we live. A Non Governmental Organization *Papel Marche* offers specialized care to children and / or adolescents with disabilities and pervasive developmental disorders. By observing the reality of this public, we realized there were cases of prejudice in relation to their condition; so we analyzed this fact suffered by users of the Organization, trying to understand how prejudice is reflected in psychopedagogical process of these individuals, tracing their profile and identifying the role of family in coping with such difficulties experienced by them in school. To meet this situation, we conducted an exploratory study, as a case study. It was of qualitative nature, using participant observation, semi-structured interview guide and the questionnaire to trace the socioeconomic profile. In data analysis, we used the content analysis technique, for having access to the production of knowledge on the subject. From the results obtained, among other findings, we noted that there is a weakness in the training of education professionals. So, to think about a better condition of service in the school environment for children and adolescents with disabilities, to train professionals who deal with such issues is necessary.

KEY-WORD: People with disabilities; Prejudice; Family.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A CATEGORIA DEFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	7
3 O PRECONCEITO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA REFLEXÃO.....	12
4.0 RELATO DA PESQUISA.....	15
4.1 LOCAL DA PESQUISA.....	15
4.2 PROCEIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
4.3 ASPECTOS ÉTICOS.....	17
4.4 A ANÁLISE DOS DADOS: AS FALAS DO PRECONCEITO.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25

ANEXO

APÊNDICE

1. INTRODUÇÃO

O preconceito está presente em diversas situações cotidianas e, principalmente, no tocante às diversidades existentes em nossa sociedade. Observamos que muitas pessoas apresentam resistência ao que as mesmas julgam diferente, levando estas a agirem através de atitudes preconceituosas que geram consequências negativas para o indivíduo alvo deste fato.

Percebendo a realidade de crianças e/ou adolescentes que apresentam algum tipo de deficiência, atendidas pela Organização Não Governamental Papel Marchê, é que decidimos investigar como a questão do preconceito atingiu a vida deles(as), através do olhar de suas mães.

Dessa forma, decidimos colher relatos das mães destas crianças e/ou adolescentes para conhecer a maneira como as atitudes preconceituosas aconteciam, particularizando o ambiente escolar, que é o lugar onde estes indivíduos passam certa parte do seu tempo, e começam a partilhar novas experiências junto de muitos outros. Isto é, percebemos a importância de buscar informações através da família para conhecermos as formas de enfrentamento das situações vivenciadas, e como as mesmas percebiam a questão do preconceito.

Assim, este trabalho de conclusão de curso é fruto de uma pesquisa que teve por objetivo compreender como o preconceito se reflete no processo psicopedagógico dos usuários Organização Papel Marchê, traçar o perfil destes e identificar o papel da família no enfrentamento de tais dificuldades vivenciadas.

Realizamos uma pesquisa do tipo exploratória primando pelo estudo de caso, através de uma abordagem qualitativa. Utilizamos na coleta de dados a observação participante, o questionário fechado, assim como uma entrevista semi-estruturada.

Diante dos resultados alcançados, constatamos que, existe a relevância de se conquistar uma melhor qualificação para os profissionais da educação, no sentido de encontrar alternativas que melhor combatam atitudes discriminatórias e preconceituosas por parte de todos que fazem as instituições de ensino; uma vez

que percebemos que só através do respeito para com as diversas condições que a nossa sociedade se apresenta, é que podemos contribuir para a transformação da realidade social da nossa cidade, assim como, do nosso país.

O presente trabalho está estruturado em cinco itens. Após a introdução, o segundo diz respeito ao cenário da deficiência e suas particularidades. Iniciamos tratando do percentual de pessoas com deficiência de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do censo de 2010, que representa uma parcela significativa da população. Foi referenciado neste tópico o conceito de Deficiência segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência, produzido pela Organização Mundial de Saúde em 2011 (OMS, 2012) retratando que a deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada. Também foi destacado a perspectiva do modelo médico e social em relação ao entendimento da deficiência e a percepção de diferentes culturas em relação a esta questão.

No terceiro item, referente à uma reflexão sobre o preconceito, foi citado como o mesmo se expressa na contemporaneidade, observando que esta conduta nos remete a um mecanismo de negação social, proveniente da falta, carência ou impossibilidade. Nesta reflexão, notamos que a deficiência remete à condição de fragilidade que todos os indivíduos apresentam, levando ao preconceito a tudo aquilo que não obedeça aos padrões físicos e/ou intelectuais que são definidos pela realidade do nosso país.

No quarto item enfatizamos a realização da nossa investigação, visualizando o local da pesquisa e todos os procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados. E, para finalizar, trouxemos as considerações finais, no quinto item, com as nossas conclusões a partir dos resultados encontrados.

2. A CATEGORIA DEFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

De acordo com os dados do IBGE desde o último censo realizado no Brasil em 2010 (IBGE, 2012), o número de pessoas que apresentam alguma deficiência chega aos 45.623.910, de uma população total de 190.755.799 pessoas, ou seja, cerca de 23,9% da população total do nosso país. Isto revela, portanto, o quanto é essencial conhecer a realidade da deficiência no Brasil e seus desdobramentos, ressaltando o preconceito sofrido por tais pessoas em função da condição de pessoa com deficiência.

Entretanto, para compreendermos a deficiência é relevante, inicialmente, conhecermos seu conceito. Para o Relatório Mundial sobre a Deficiência, produzido pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012),

a deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada. [...] A deficiência é “um conceito em evolução”, mas ressalta também que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária. Definir a deficiência como uma interação significa que a “deficiência” não é um atributo da pessoa.

O referido Relatório destaca, ainda, que a transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social”, no qual as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos.

Assim, percebemos que o modelo médico e o modelo social costumam ser apresentados como separados, mas a deficiência não deve ser vista como algo puramente médico, nem como algo puramente social: pessoas com deficiência frequentemente podem apresentar problemas decorrentes de seu estado físico. Dessa forma, é necessário fazermos uma abordagem mais equilibrada que ofereça o devido peso aos diferentes aspectos da deficiência.

A terminologia utilizada para designar pessoas com algum tipo de deficiência é polêmica, já que vem sendo promovidas ao longo dos anos diversas discussões com o intuito de encontrar a melhor maneira de nomear esse grupo de indivíduos, de modo que possam ser tratados de forma respeitosa e justa.

Ao longo da história houve formas diferentes de interpretação da condição da pessoa com deficiência. Assim, o termo deficiente adquiriu ao curso dos

tempos uma conotação pejorativa, já que tal termo se opõe ao conceito de “eficiente”. Assim, ser deficiente, segundo o olhar do senso comum é, sobretudo, ser ineficaz. Isto resulta da forma como a pessoa com deficiência foi tratada durante um longo período da nossa história.

Segundo Correia (2004), na antiguidade clássica havia a filosofia da Eugênia. Ressaltando a Grécia antiga, mais precisamente em Esparta, as crianças consideradas inaptas ao serviço militar, em decorrência de alguma deficiência física ou alguma debilidade eram descartadas pelos Éforos, os quais eram responsáveis pela análise das crianças recém-nascidas, fazendo com que as consideradas inaptas ao Estado fossem jogadas em um penhasco.

Em Atenas o procedimento pré-estabelecido da época era semelhante ao de Esparta. As crianças recém-nascidas que não se enquadravam nos padrões sociais eram colocadas nas estradas para serem entregues à sorte dos pés dos animais (cavalos).

Já na Idade Média, com o predomínio da Igreja Católica baseada na filosofia “humanitária”, a interpretação em relação às pessoas que nasciam com alguma deficiência mudou. Estas começaram a ser vistas como merecedoras de caridade, e todas as explicações sobre sua deficiência eram compreendidas pela população como uma espécie de castigo divino, por alguma suposta transgressão das leis sagradas.

No tocante ao contexto da Idade Moderna, desvinculam-se as influências mágicas e divinas em relação às deformidades ou deficiências do corpo humano, para compreendê-lo a partir de erros da natureza.

Ainda neste contexto, impulsionados pelo renascimento, no século XVII, ricos, nobres e intelectuais criam os chamados gabinetes de curiosidades, que eram uma espécie de museus privados, onde o “diferente” e o “exótico” eram motivo de fascínio. Neste momento, há o início de estudos e experiências em instituições relacionadas a estas pessoas “excepcionais”, situando-os sob o enfoque patológico.

Nesta perspectiva, é possível observar o destaque de sassaki (1997) acerca desta nova óptica.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas ditas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram, em geral, muito grandes e serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso (p.01).

Durante o século XIX e início do século XX acontecia a esterilização, a qual foi usada como método para evitar a reprodução desses “seres imperfeitos”. O nazismo promoveu o extermínio das pessoas com deficiência, pois se apregoava que estas não correspondiam à pureza da raça ariana. Paralela a esta situação, aconteciam outras atitudes, como o isolamento destas pessoas em grandes asilos (como na Inglaterra), além de comportamentos pautados no medo, na vergonha e na rejeição.

Já na Idade Contemporânea surge um novo olhar, mais preocupado e atento em relação às pessoas com alguma deficiência. Isto ocorreu em todos os segmentos sociais, políticos, econômicos e educacionais. Esta mudança foi ocorrendo através da criação de instituições especializadas para cada tipo de deficiência.

Diante disso, na segunda metade do século XX, foi emergindo uma preocupação com a educação das pessoas ditas deficientes. E, esta preocupação, no decorrer do referido século, atinge uma proporção considerável em função das lutas que foram sendo travadas.

No tocante ao século XX, cabe evidenciar a Declaração de Salamanca que representou um marco histórico em nível internacional. A sua aprovação ocorreu quando representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais estiveram presentes em Salamanca, na Espanha, entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, para decidir a respeito de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.

Esta Declaração foi norteadada pela necessidade e urgência de resultados com relação à educação de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Na estrutura de ação de educação especial, foi ressaltado, entre outros aspectos que, qualquer pessoa com deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação tanto quanto estes possam ser realizados. Os pais devem ser consultados em relação à forma de educação mais adequada de seus filhos.

O princípio orientador desta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras.

Assim, temos na contemporaneidade a perspectiva da inclusão social, a qual prevê uma sociedade onde todos tenham as mesmas oportunidades. Uma sociedade adaptada para receber e incluir todas as pessoas, inclusive as que apresentam algum tipo de deficiência.

Pensando nas dificuldades enfrentadas por esses indivíduos ao longo da sua trajetória, houve a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ano de 2009, que foi um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos, mas, em particular, das pessoas com deficiência.

Segundo o site do “Instituto Nacional para a Reabilitação”, a referida Convenção reafirma os princípios universais (dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação), na qual se baseia e define as obrigações gerais dos governos relativas à integração de várias dimensões da deficiência nas suas políticas, assim como as obrigações específicas relativas à conscientização da sociedade para a deficiência, ao combate dos estereótipos e à valorização das pessoas com deficiência.

Além dessa Convenção, também houve avanços no Brasil com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), lançada na sua versão preliminar em setembro de 2007 pelo Governo Federal. Este documento propõe em sua versão final em janeiro de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tanto nos centros especializados, como nas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. A referida Política tem como uma de suas metas orientar os sistemas de ensino para a transversalidade da educação especial desde a modalidade da educação infantil

até a educação superior.

Observamos que houve muitos avanços na caminhada pelos direitos da pessoa com deficiência, porém muitos ainda não ocorrem na realidade de crianças e/ou adolescentes, como os especificados neste relato das mães. É necessário que exista um maior comprometimento das instituições, para que os direitos destas pessoas sejam garantidos e para que toda a população ganhe com uma sociedade mais justa e com seus direitos viabilizados.

Portanto, diante de todas as conquistas alcançadas em relação às práticas sociais voltadas para as pessoas ditas deficientes, também tivemos avanços relacionados à terminologia para denominá-las, a qual foi se modificando conforme o contexto histórico vivenciado e as lutas dessa categoria.

Nos dias atuais após o advento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (BRASIL, 2009), o mais novo parâmetro valorativo do ordenamento jurídico brasileiro é a positivação da expressão traduzida para o português como pessoa com deficiência.

Assim, percebemos que, com o passar da história, tivemos a existência da luta pelo reconhecimento da pessoa com deficiência, enquanto cidadão de direitos. Luta esta que se constitui num processo lento, mas gradual.

3 O PRECONCEITO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA REFLEXÃO

Segundo Silva (2006), uma das formas de atitude da sociedade diante das pessoas com algum tipo de deficiência é através do preconceito. A referida autora, a partir dos autores Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, ressalta a dinâmica do preconceito como atitude hostil voltada a objetos definidos a partir de generalizações, informações imprecisas e incompletas.

A mesma ressalta, ainda, que o preconceito, segundo esses autores, incorpora fenômenos contemporâneos, resultantes das relações sociais cada vez

mais impeditivas para a reflexão sobre a própria impotência diante de uma ordem social que se diferencia pela estigmatização.

Assim, tais autores destacam que numa sociedade que impõe renúncias e sacrifícios, que enrijece o pensamento dadas as condições de sobrevivência num contexto de privações determinadas por relações desiguais, de apropriação concentrada dos bens materiais e simbólicos, o preconceito torna-se um elemento presente e frequente no processo do conhecer, podendo restringir-se, por conseguinte, à mera apreensão do imediato.

Compreendendo tais reflexões, nota-se que atitudes relacionadas ao preconceito desenvolvem-se no processo de socialização que é fruto da cultura de sua história. “Como tanto o processo de se tornar indivíduo, que envolve a socialização, quanto o do desenvolvimento da cultura têm se dado em função da adaptação à luta pela sobrevivência, o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta.”(SILVA, 2006 apud CROCHIK, 1996, p. 11).

O preconceito é concebido através de simplificações que respondem às demandas imediatas do pensamento, possibilitando conteúdos e juízos de valor. Diante das exigências contemporâneas, de atendimento das necessidades mais urgentes, o pensamento dialético perde espaço para respostas imediatistas a diversas situações.

A visão crítica e reflexiva que levaria ao pensamento mais elaborado e, assim, respostas mais qualificadas às ações, deixam de existir. Destaca-se em meio a tais situações, a presença do estereótipo. Diz-se estereotipado, segundo Rios (2004), algo que se estereotipou; sem originalidade; repetido, invariável, inalterado.

Assim, o preconceito em diversas vezes reproduz um pensamento ou conduta massificada, reduzida e/ou vazia de significado, apenas repassada sem a análise apropriada da realidade, e sem perceber as tarefas as quais se destina.

O indivíduo transformado em consumidor dos produtos oferecidos pela indústria cultural vê-se enfraquecido diante da mesmice que lhe é oferecida e, na sequência, é induzido a reações massificadas, propícias à reincidência de práticas preconceituosas. (SILVA, 2006, p. 425)

O indivíduo que age de maneira preconceituosa, certas vezes é conduzido por posturas dogmáticas, as quais o impede de compreender os fatos claramente

e, assim, percebê-los sem pré-julgamentos. Outra atitude que algumas vezes envolve o indivíduo preconceituoso é a de medo. Medo do desconhecido, do que é diferente, causando o afastamento e podendo, até, se transformar em inferioridade, desigualdade e exclusão.

Ao analisar o preconceito em relação a pessoas com deficiência, notamos que este se apresenta através de um mecanismo de negação social, pois ressalta a perspectiva da falta, carência ou impossibilidade.

A sociedade capitalista em que vivemos, demanda do corpo seu uso intensivo, levando-o ao desgaste físico em decorrência do trabalho subserviente que se é exigido. Trazendo esta problemática para o universo das pessoas com deficiência, percebemos que o corpo destas, sentirá dificuldades de atender tais demandas em relação aos demais.

Assim, o corpo que apresenta alguma deficiência é remetido à imperfeição humana, uma vez que a sociedade na qual estamos inseridos cultua o corpo forte, útil e aparentemente saudável. Dessa forma, conviver com a deficiência significaria lembrar da fragilidade humana, que tanto se quer negar.

Diante desta situação, haveria um desconforto em perceber que todos poderiam está na mesma condição que a da pessoa com a deficiência. Outro fator que proporcionaria certo desconforto nos demais indivíduos seria o fato de não saberem como lidar com a deficiência.

Observamos que a deficiência é um terreno fértil para o preconceito, em função dos padrões físicos e/ou intelectuais que são definidos pela realidade brasileira, os quais comprometem o que remete a falta, ausência ou impossibilidade. Volta-se a atenção para apenas um aspecto da pessoa, tornando a diferença uma exceção.

Diante de tais aspectos, foi possível especificar a questão da deficiência e o preconceito sofrido em decorrência deste fato, através das crianças e adolescentes usuários da Organização Papel Marchê.

Portanto, realizamos uma pesquisa norteada pela busca da compreensão da deficiência e do preconceito vivenciado pelas crianças e/ou adolescentes usuários da citada Organização. Tentamos observar como este fato interferiu no

processo psico - pedagógico e como a família desenvolveu seu papel diante das dificuldades enfrentadas por estes indivíduos.

Assim, esta pesquisa possibilitou a investigação das diversas expressões de preconceito e procurou atingir formas de entendimento que pudessem levar novos olhares, e novas condutas para a sociedade brasileira frente a tal questão.

4. O RELATO DA PESQUISA

4.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Organização Papel Marchê, a qual atualmente é denominada oficialmente como Desenvolver - Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento. A mesma está localizada na Rua Giovani G. Gioia, nº 172 – Bairro do Cruzeiro, no Município de Campina Grande – PB. A referida instituição é uma Organização que realiza o AEE a pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento.

A mesma conta com diversos profissionais, entre os quais podemos citar: assistentes sociais, psicólogos(as), neurologistas, fisioterapeutas, pedagogos(as), entre outros. Estes desenvolvem seu trabalho baseados na promoção de um ser sociável na reparação de suas dificuldades no campo educacional, comportamental, emocional e social, através dos meios facilitadores para este processo.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como sujeitos as mães dos usuários que são atendidos pela Organização Papel Marchê. Dentre o universo de famílias atendidas pela citada instituição, a amostra totalizou 5 mães investigados, sendo realizado um estudo de caso de cada usuário.

Os critérios de inclusão e exclusão para a eleição da citada amostra do estudo foram, primeiramente, as mães que tiveram experiências de preconceitos sofridas com seus filhos e, dentre estes, os que expressaram mais interesse e disponibilidade para participarem da pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação participante, a qual Gil (2007) ressalta que “o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado”. Para Richardson (1999),

A grande vantagem da observação participante diz respeito à sua própria natureza, isto é, ao fato de o pesquisador tornar-se membro do grupo sob observação. Isso significa que as atividades do grupo serão desempenhadas naturalmente porque seus membros não apresentarão inibições diante do observador, nem tentarão influenciá-lo com procedimentos que fujam ao seu comportamento normal, já que deve apresentar um nível elevado de integração grupal pelo fato de os membros esquecerem ou ignorarem que há um “estranho” entre eles. (p. 262).

E, ainda, o questionário fechado (APÊNDICE I) para o levantamento do perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa e o roteiro de entrevista semi-estruturada (APÊNDICE II). Conforme Triviños (1987):

Entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (p. 174).

Nessa etapa também fizemos uso do nosso diário de campo como subsídio para realização da pesquisa.

Para coletar os dados desta pesquisa, a princípio, realizamos a observação participante para que haja mais condições de compreender “os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade” (RICHARDSON, 1999). Em seguida, aplicamos o questionário fechado para traçar

o perfil dos usuários e, por fim, a realização das entrevistas semi-estruturadas, as quais foram gravadas e transcritas visando à fidelidade das informações.

Os dados obtidos, a partir das mães dos usuários da Organização Papel Marchê, através do questionário e do roteiro de entrevista, foram agrupados e analisados. No momento da análise, que se deu a partir do tratamento qualitativo através da técnica de análise de conteúdo, abordamos teóricos que discutem a temática do preconceito e da deficiência para contribuir com a interpretação dos dados coletados. Com a análise de conteúdo objetivamos compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas ou ocultas, respondendo aos questionamentos que norteiam o estudo.

4.3 ASPECTOS ÉTICOS

Ao concluir a elaboração do nosso projeto de pesquisa, de acordo com o que preconiza a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), o qual dispõe de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, submetemos o mesmo à avaliação do Comitê de Ética da UEPB e tivemos a sua aprovação.

Durante sua execução assumimos o compromisso de respeito à autonomia dos indivíduos abordados, procurando o comprometimento com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, garantindo-lhes todo o sigilo, anonimato e informação necessária acerca dos resultados obtidos. Tais garantias estão previstas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO) que foi apresentado a cada sujeito pesquisado em duas vias, sendo uma do sujeito e outra arquivada pela pesquisadora.

4.4 A ANÁLISE DOS DADOS: AS FALAS DO PRECONCEITO

Sabemos que o preconceito sofrido contra pessoas com deficiência é um tema bastante recorrente na sociedade em que vivemos; por isso, percebemos a

relevância de realizar uma pesquisa que analisasse tal situação através do olhar dos pais de crianças e adolescentes vítimas deste fato.

Sentimos a necessidade de executar a pesquisa com as crianças e/ou adolescentes através dos relatos das suas mães nos momentos de realização do encontro familiar e das escutas familiares proporcionadas com a presença das assistentes sociais da Organização; pois durante estas atividades muitas mães ressaltaram a questão do preconceito sofrido por seus filhos. Assim, decidimos selecionar as mães aleatoriamente, já que muitas delas destacaram suas inquietações em relação a esta problemática.

Como nos referimos anteriormente, a instituição onde ocorreu a pesquisa foi a Organização Papel Marchê, que possui um público diverso composto por crianças e adolescentes, o qual é usuário dos serviços oferecidos pela mesma. Pudemos captar esta diversidade a partir do relato das cinco mães dos usuários pesquisados, que especificaram os tipos de deficiência dos seus filhos, tais como: Problema Mental, Síndrome de Down, “Desvio na Mente” (Problema Mental), Retardo Mental, Dificuldade de Relacionamento (Timidez) e Dificuldade de Aprendizagem.

Constatamos que todos os pesquisados são do sexo masculino, tinham entre seis e dezoito anos de idade e cursavam o ensino fundamental. Este público é atendido pela citada Organização através do atendimento clínico, social, psicopedagógico, pedagógico e psicológico, pois desenvolve seu trabalho enfatizando o aspecto dos transtornos globais do desenvolvimento, através de um acompanhamento interdisciplinar.

Um dos critérios para o recebimento dos serviços oferecidos nesta Organização é o de que todas as crianças e adolescentes atendidas(os) precisam estar inseridas(os) na escola. Assim, o laudo que revela o tipo de deficiência da criança e/ou adolescente, não é obrigatório para a inserção dos mesmos na instituição, já que mesma conta com profissionais capacitados para desenvolver este trabalho.

Diante dos dados alcançados, percebemos que a maioria das crianças e adolescentes do Papel Marchê estudam em uma instituição pública, uma vez que

das cinco mães entrevistadas, apenas uma relatou a inserção de seu filho numa escola privada.

O ambiente escolar possui uma grande diversidade de crianças e adolescentes, os quais apresentam costumes, hábitos, e maneiras diferentes de lidar com tais diversidades. A partir dos dados coletados, percebemos que a maioria dos usuários sentem dificuldade de relacionamento com seus colegas em função da deficiência, inclusive, uma mãe relatou a agressão de seu filho contra a professora. Apenas uma mãe ressaltou o bom relacionamento do seu filho com os colegas no ambiente escolar.

Assim, nas entrevistas realizadas, as mães citaram em sua totalidade a presença de preconceito sofrido por seus filhos no seu ambiente escolar. O preconceito se expressou através de apelidos, xingamento, exclusão da criança/adolescente dos espaços de interação, e da falta de preparação da escola em relação a situação destes estudantes. Observando uma das situações de preconceito relatada, podemos evidenciá-la através da fala de uma mãe, nesta situação elencada abaixo:

- Pesquisadora: É... O usuário já sofreu alguma forma de preconceito no ambiente escolar, ou em outro ambiente? Qual?

- Entrevistada nº 2: Sim! Na escola!

Pesquisadora: Certo... Como foi assim a situação, tem alguma que a senhora possa relatar?

Entrevistada nº 2: Sim... Uma essa semana, com a... uma funcionária da escola... Ele tava na sala de aula, ele foi guardar a bolsa, assim quando a gente chegou.. Aí, só que ela não viu que eu e minha filha tava..

Pesquisadora: Tava lá...?

Entrevistada nº 2: Tava bem próxima a ela...

Pesquisadora: Certo..

Entrevistada nº 2: Aí ela ficou ...com ele e outra criança... aí ela foi, e disse assim: "Vai 'zoinho' (zoinim) passe... Desse jeito... .

Diante deste fato destacado pela entrevistada, podemos destacar que a situação ocorrida na escola vai de encontro ao Art. 53, do Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata Do Direito à Educação, à Cultura ao Esporte e ao Lazer, quando prevê que toda

A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e

qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: II - direito de ser respeitado por seus educadores (BRASIL, 1990).

Sabemos que a escola deve ser um espaço de formação, de educação que prepare crianças e adolescentes para uma vida adulta exitosa. Porém, muitas destas instituições passam por problemas estruturais e, principalmente, relacionados à capacitação de seus profissionais, os quais deixam a desejar no enfrentamento de situações como, por exemplo, a questão do preconceito, mais especificamente, contra pessoas com deficiência.

Através da pesquisa realizada com as mães destes estudantes, pudemos observar que, em todos os casos, estas mães precisaram ir à escola manifestar de alguma maneira a insatisfação com a situação, para que, assim, pudesse ser tomada alguma atitude, como é possível percebermos no trecho da referida entrevista nº 2 mencionado abaixo:

- Pesquisadora: A senhora foi falar com a diretora né?!..
- Entrevistada nº 2: Eu falei com a professora também... A professora dele ficou indignada...
- Pesquisadora: um hum..
- Entrevistada nº 2: A diretora ela num se deu nem o trabalho de perguntar quem foi a pessoa ...
- Pesquisadora: Imagino...
- Entrevistada nº 2: Praticamente ela num quis nem saber... Porque eu acho assim, eu acho quando diz: "Socorro, me ajude"..deveria ter perguntado ... Não Rosinha...
- Pesquisadora: Ter tomado uma providência
- Entrevistada nº 2: ...Quem foi... a gente chegar e conversar... Não, a única coisa que ela disse: "quando tiver uma próxima reunião ela vai comentar sobre isso..
- Pesquisadora: E... ficou por isso mesmo?
- Entrevistada nº 2: Ficou por isso mesmo...!

Uma das mães relatou que em uma das escolas que o seu filho estudou a professora se recusou a entregar o livro didático, justificando que ele não sabia ler; Em outra situação, a professora conversando com a mãe afirmou que a criança não aprenderia, que já havia feito de tudo, mas a criança não tinha condições de aprender. Na situação em que a professora apelidou uma criança, a mãe recorreu à diretoria em busca de alguma atitude, porém não obteve nenhum resultado, retratando o despreparo de algumas instituições.

Vejamos a seguir a fala dessa mãe:

- Pesquisadora: Então, realmente é de... de descaso, de falta de preparação né?!...
- Entrevistada nº 4: Só que esse ano não, tou falando ano passado...
- Pesquisadora: O ano passado...
- Entrevistada nº 4: Mas, não deixa de ser um acontecimento, né...?!
- Pesquisadora: É verdade...
- Entrevistada nº 4: Porque eu contando isso, através disso, você pode ..
- Pesquisadora: 2012...
- Entrevistada nº 4:trabalhar em cima disso, alguma palestra, alguma coisa
- Pesquisadora: Com certeza!
- Entrevistada nº4: Serve de exemplo...
- Pesquisadora: Pra isso que a gente tá buscando, porque várias mães já disseram assim, que eles não estão preparados, pedem pra que mude de escola, as vezes não aceita nem que façam a matrícula, não é esse o posicionamento certo.
- Entrevistada nº 4: Infelizmente... Faz exceção...
- Pesquisadora: Claro.
- Entrevistada nº 4: Fazendo exceções... é... teve um ano que a professora entregou o livro a todas as crianças, e a ele não entregou.
- Pesquisadora: Eu não acredito não...
- Entrevistada nº4: Aí eu disse: "- cadê seu livro?" "Ela disse que eu não sabia ler..." Não aceitei. Fui lá.
- Entrevistada nº 4: Fui lá, aí disse: "- você tem que tratar ele do mesmo jeito que trata os outros...
- Pesquisadora: Da mesma maneira...!
- Entrevistada nº 4: Da mesma maneira...

Muitas vezes são os pais que apontam soluções para o enfrentamento do preconceito. Em um caso apresentado na pesquisa os profissionais sugeriram à mãe de uma criança que apresentava Síndrome de Down, que contratasse um profissional para ficar a disposição das necessidades de seu filho. Não concordando, a mãe de maneira didática apontou uma solução, levou um livro à escola, o qual tratava a questão das necessidades especiais, e convenceu os profissionais de que não era preciso a contratação de um novo profissional. A escola aceitou a proposta, e a mãe sugeriu ainda que o livro fosse levado para ser discutido em sala de aula junto com as demais crianças. Esta atitude resultou em respeito e entendimento das necessidades especiais não só por profissionais, mas por todas as crianças, que buscam na escola um aprendizado capaz de conduzir a uma vida adulta positiva. Abaixo podemos observar um trecho da entrevista que retrata esta situação:

- Entrevistada nº 3: É como eu disse a você, né... Me fizeram a proposta pra que eu contratasse uma pessoa pra ficar com ele durante o período escolar, que ... é uma proposta absurda, incabível
- Pesquisadora: Mas foi nessa mesma escola?

- Entrevistada nº 3: Pois é...
- Pesquisadora: Foi nessa mesma escola que ele ainda está hoje?
- Entrevistada nº 3: Foi.
- Pesquisadora: Ah!
- Entrevistada: É... Foi sim. Só que Deus proveu esta estratégia, e...
- Pesquisadora: Do livro, né?
- Entrevistada nº 3: É... Do livro, que tá dando certo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB- (BRASIL, 1996) em vigor e com as demais legislações que regem a proposta da educação inclusiva no Brasil, além da inserção do aluno especial na sala de aula regular, o mesmo tem direito de receber o AEE na sala de recursos multifuncionais. A referida LDB (Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar, Art. 4º, III) prevê o AEE:

gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Durante a realização da pesquisa apenas uma mãe, expressou que seu filho recebia total apoio por parte dos profissionais da escola em que estudava. A mesma destacou que, sempre que seu filho sofria algum tipo de preconceito por parte dos demais estudantes, ela recorria à direção e às professoras, e estas sempre conversavam com as crianças, orientando-as a respeito das necessidades especiais e do respeito com todas as crianças, independente de apresentarem alguma deficiência ou não.

Todas as situações de preconceito vivenciadas por estas crianças/adolescentes deixam marcas, causam constrangimento, e situações incômodas que podem ser refletidas em diversos momentos de suas vidas. No caso das crianças e dos adolescentes pesquisados, as mães destacaram como seus filhos enfrentaram a questão do preconceito sofrido. Na maioria dos casos, os filhos refletiram a situação e questionaram as mães, perguntando o porquê de tais situações. Duas mães perceberam alteração de seus filhos em sala de aula, e,

destes dois, um demonstrou irritação. Em uma das situações, a criança não se sentia mais motivada a voltar à escola, e se queixava de não gostar mais da professora, como podemos notar neste relato da entrevistada:

- Pesquisadora: É... e, depois que ele sofreu o preconceito, qual foi o comportamento dele? Ele chegou em casa se queixando, disse alguma coisa?
- Entrevistada nº 5: Não, ele chegava dizendo que não tava gostando da professora, que a professora é chata.
- Pesquisadora: Certo.
- Entrevistada nº 5: Dizia que não queria mais ir pra escola.

É possível perceber através de tais relatos, o papel que a escola desempenha na vida destas crianças e/ou adolescentes. Ela pode ser entendida como uma referência positiva ou negativa assim como as famílias; pois estas é que são responsáveis pelo apoio e auxílio no enfrentamento do preconceito em função das necessidades especiais de seus filhos.

Nesta pesquisa, pudemos observar que as mães representam um apoio muito importante no enfrentamento do preconceito sofrido por seus filhos; Todas elas foram à escola questionar a situação enfrentada por seus filhos, buscando solução para o problema e melhores condições de socialização dos mesmos. E, ainda, conversaram em casa, refletindo sobre as situações; contudo, uma pensou em tirar seu filho da escola em função dos recorrentes problemas, mas desistiu, porque sabe que a educação é essencial na vida de um indivíduo.

Ressaltando a questão do enfrentamento do preconceito, podemos notar que o posicionamento da família é relevante no tocante a esta problemática, assim como também a existência de um apoio especializado, que ofereça condições destas crianças/adolescentes lidarem com estes fatos. Neste sentido, podemos observar a relevância dos atendimentos prestados pela Organização Papel Marchê, relevância esta enfatizada pelas próprias mães; pois ao perguntar aos seus responsáveis, qual o comportamento dos(as) usuários(as), frente as eventuais situações de preconceito, após a inserção destes(as) na Organização, as mães reagiram positivamente, dizendo que a citada inserção contribuiu para uma melhora no comportamento e no desenvolvimento de seus filhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta análise de dados, é possível perceber a fragilidade das instituições de ensino, e maior, ainda, dos seus profissionais que, muitas vezes, agem de maneira preconceituosa, discriminatória e excludente. Nota-se que tais profissionais precisam de mais preparo, mais qualificação e entendimento das questões que perpassam a realidade da nossa sociedade. O futuro exitoso de uma nação advém da educação, pois jamais conseguiremos ascender socialmente sem respeitarmos as diversidades, sem criarmos condições de desenvolvimento de maneira igualitária, sem observarmos as reais necessidades da nossa sociedade, e sem agirmos de maneira justa.

Importa saber que, a qualificação profissional é fundamental para a construção de um ambiente escolar preparado para lidar com as diversidades, uma vez que é necessário que se tenha um novo olhar, livre de pré-julgamentos, um olhar reflexivo, capaz de propor novos caminhos e novos entendimentos acerca da questão debatida.

E, diante do que foi relatado ao longo deste trabalho, sentimos a necessidade de uma Política Pública Municipal capaz de atender as necessidades específicas da realidade local e que traga contribuições para uma educação de qualidade. Só através do respaldo jurídico é que teríamos acesso a serviços que, por direito, são dos cidadãos em questão.

Desta forma, a compreensão e a prática de políticas públicas são essenciais para que os profissionais se posicionem de maneira adequada, através de regulamentações que garantam uma prática profissional satisfatória. Portanto, é imprescindível construir – através da qualificação profissional -, processos educacionais que abordem o tema ressaltado, e que apoiem a efetiva transformação da realidade social e do combate à desigualdade.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 ago. 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução/CNS/466/2012**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 16/07/2014

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990.

CORREIA, Cleudson de Araújo. **Universidade Estadual da Paraíba inclusiva: Uma utopia em construção**. 2004. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2004.

CROCHIK, J. Leon. Aspectos que permitem a segregação na escola pública. In: **Educação especial em debate**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 1996. p. 13-22.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 24 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO. **Convencção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiencia**. Disponível em

<http://www.inr.pt/content/1/1187>. Acesso em 22/07/2014.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre a Deficiência 2011**. São Paulo: SEDPcD, 2012.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Dicionário Global da Língua Portuguesa Ilustrado**. 4ª edição. São Paulo: DCL, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Luciene M. Da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

Disponível em:

<<http://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=Preconceito+contra+deficientes&btnG=&lr=>>>. Acesso em: 24 out.2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXO

ANEXO I**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“UMA ANÁLISE DO PRECONCEITO SOFRIDO PELOS USUÁRIOS DA ONG PAPEL MARCHÊ”**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho “UMA ANÁLISE DO PRECONCEITO SOFRIDO PELOS USUÁRIOS DA ONG PAPEL MARCHÊ” terá como objetivo geral Analisar o preconceito sofrido pelos usuários da Organização Papel Marchê.
- Ao voluntário só caberá a autorização para a pesquisa qualitativa e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- À pesquisadora caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O(a) voluntário(a) poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao (a) voluntário (a) e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o(a) participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 87414317 com Maria Noalda Ramalho.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com a pesquisadora, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica
Participante da pesquisa



APÊNDICES

APÊNDICE I



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social

QUESTIONÁRIO

Perfil Socioeconômico dos Pais/Responsáveis

1. Idade:**2. Sexo:**

() Masculino () Feminino

3. Escolaridade:

() sem instrução

() Alfabetizado

() Ensino Fundamental incompleto

() Ensino Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Ensino Superior incompleto

() Ensino Superior completo

4. Moradia:

() própria () alugada () cedida () invadida

5. Estado civil:

() solteiro(a) () casado(a) () outros

7. Número de filhos:

() 1 filho () 2 filhos () 3 filhos () 4 ou mais filhos

8. Renda Individual:

() 1 salário mínimo

() 2 a 3 salários mínimos

() mais de 3 salários mínimos

9. Renda Familiar:

() 1 salário mínimo

() 2 a 3 salários mínimos

() mais de 3 salários mínimo

APÊNDICE II



**Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual a deficiência apresentada pelo(a) seu(ua) filho(a) atendido(a) na Organização Papel Marchê?
2. O(a) usuário(a) estuda/estudou em alguma instituição de ensino (escola)? Qual?
3. O(a) usuário(a) apresentou/apresenta alguma dificuldade de relacionamento com os colegas no ambiente escolar? Qual?
4. O(a) usuário(a) já sofreu alguma forma de preconceito no ambiente escolar, ou em outro ambiente? Qual?
5. Se o(a) usuário(a) já sofreu preconceito na escola, qual o posicionamento apresentado pelos profissionais (professores, coordenadores, diretores) desta instituição frente a situação?
6. Qual o comportamento do(a) usuário(a) após o ato de preconceito vivenciado por ele?
7. Qual o posicionamento (forma de enfrentamento) exercido pela família frente a atitude do preconceito vivenciado pelo(a) usuário(a)?
8. Como tem sido o comportamento do(a) usuário(a), frente às eventuais situações de preconceito, após sua inserção na Organização Papel Marchê?